

Fórum
para os Sistemas
de Pagamentos
Relatório
de atividades
set. 2018 | dez. 2020

Abr. 2021



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA



Índice

Editorial | 5

1 Fórum para os Sistemas de Pagamentos | 6

2 Atividades desenvolvidas | 7

2.1 Plenário do FSP | 7

2.2 Grupo de Trabalho para a Segurança dos Pagamentos | 7

2.3 Grupo de Trabalho para a Promoção os Pagamentos Eletrónicos | 8

3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022 | 10

Anexo – Composição do Plenário do FSP em dezembro de 2020 | 11



Editorial

A existência de sistemas de pagamentos inovadores e resilientes, que assegurem a confiança dos utilizadores, é fundamental para o correto funcionamento da economia e para a estabilidade financeira.

A prossecução destes objetivos beneficia de uma estreita cooperação e diálogo entre os diversos intervenientes da oferta e da procura do mercado de pagamentos, a qual, em Portugal, é eficazmente realizada pelo Fórum para os Sistemas de Pagamentos (FSP).

Este órgão foi criado em 2009 e relançado em 2018. Nos dois últimos anos de atividade, o Fórum tem confirmado a sua relevância para a obtenção de compromissos entre os seus membros, compromissos esses imprescindíveis para a implementação de soluções de pagamentos seguras, eficientes e inovadoras no mercado português de pagamentos de retalho.

O relatório que agora se publica sistematiza esses resultados concretos, obtidos no período compreendido entre setembro de 2018 e dezembro de 2020, destacando-se a publicação da “Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022”.

O FSP dirige o seu agradecimento a todos os intervenientes nacionais do lado da oferta e da procura de serviços de pagamento que, direta ou indiretamente, têm contribuído para os trabalhos do Fórum, pelo empenho revelado e pelos contributos e resultados alcançados, sobretudo no contexto, não antecipado, da pandemia de COVID-19.

O compromisso destes intervenientes na prossecução das linhas estratégicas acordadas para o futuro é um fator crítico para a sua implementação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de um mercado português de pagamentos de retalho que responda às necessidades dos seus intervenientes.

Hélder Rosalino

Presidente do Fórum para os Sistemas de Pagamentos

1 Fórum para os Sistemas de Pagamentos

O Fórum para os Sistemas de Pagamentos (FSP) é uma estrutura consultiva do Banco de Portugal que reúne os principais intervenientes nacionais do lado da oferta e da procura de serviços de pagamento, incluindo representantes da Administração Pública.

A sua missão é contribuir para a promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos em Portugal, nomeadamente para a implementação de soluções de pagamentos seguras, eficientes e inovadoras no mercado nacional.

O FSP foi criado em 2009 e renovado em 2018, com um novo **mandato**, uma nova estrutura de funcionamento e novas entidades participantes (Anexo).

Para além do Plenário, o Fórum tem atualmente na sua estrutura dois Grupos de Trabalho:

- O **Grupo de Trabalho sobre Segurança nos Pagamentos (GTSeP)**, que visa promover a implementação generalizada de soluções de autenticação convenientes e seguras, que contribuam para a manutenção da confiança dos utilizadores nos instrumentos de pagamento.
- O **Grupo de Trabalho para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE)**, que tem como objetivo a definição de propostas de ação que incentivem uma maior utilização dos pagamentos eletrónicos em Portugal.



2 Atividades desenvolvidas

2.1 Plenário do FSP

Entre setembro de 2018 e dezembro de 2020 foram promovidas quatro sessões plenárias do Fórum, cujos materiais e comunicados estão disponíveis para consulta no [sítio institucional do Banco de Portugal](#).

Os dois Grupos de Trabalho sob a sua égide desenvolveram trabalhos diversos, os quais serviram de base à “Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022” (Secção 3).

2.2 Grupo de Trabalho para a Segurança dos Pagamentos

Os trabalhos desenvolvidos pelo GTSeP incidiram sobre as seguintes áreas de intervenção:

- **Soluções de autenticação e assinatura eletrónica no setor financeiro compatíveis com o Regulamento eIDAS**

A implementação no setor financeiro do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno (Regulamento eIDAS) pretendeu aumentar a confiança e a segurança das transações eletrónicas na União Europeia, com vista a uma maior utilização de serviços eletrónicos por parte dos cidadãos, agentes económicos e Administração Pública. Esta linha de trabalho foi incluída no plano de ação do GTSeP, acompanhando as orientações do Eurosistema, de incentivo ao envolvimento dos diversos fóruns nacionais de pagamentos na promoção da adoção de soluções de identificação eletrónica (eID).

As soluções de eID e de *eSignature* são mecanismos fáceis e ágeis de autenticação. A sua utilização no setor público é já relevante, como meio de acesso a serviços públicos *online*, como é o caso da [Chave Móvel Digital \(CMD\)](#) em Portugal. Contudo, a adoção destas soluções pelo sistema financeiro tem ainda uma grande margem de progressão, nomeadamente para o *onboarding* de novos clientes e para utilização no âmbito da autenticação forte do cliente. Por esta razão, o GTSeP tem dedicado particular atenção a este tema, beneficiando da partilha, entre os seus membros, de informação detalhada e de casos de uso destas soluções.

- **Autenticação forte do cliente**

A obrigatoriedade de aplicação das regras de autenticação forte do cliente (SCA, na sigla inglesa, de *Strong Customer Authentication*) nos serviços de pagamento eletrónicos vigora desde o dia 14 de setembro de 2019, em Portugal e nos outros Estados-Membros da União Europeia. No entanto, no que se refere exclusivamente às operações com cartão no comércio eletrónico, a EBA concedeu um período de flexibilidade supervisaiva do cumprimento das regras de SCA, até 31 de dezembro de 2020¹.

O GTSeP desempenhou um papel importante na partilha de informação entre os vários intervenientes neste processo. Em concreto, contribuiu para assegurar uma implementação bem-sucedida destes requisitos em Portugal através da criação de conteúdos para uma campanha de comunicação coordenada (por exemplo, o vídeo “*Usa o homebanking ou a app do seu banco? Saiba o que mudou*” e o vídeo “*Faz compras online com cartão? Saiba o que muda a 31 de dezembro*”), a elaboração do “Plano Nacional de Migração para a autenticação forte do cliente no comércio eletrónico com cartão” e a monitorização do seu cumprimento.

O *Plano Nacional de Migração para a autenticação forte do cliente no comércio eletrónico com cartão (Plano)* foi divulgado a 13 de julho de 2020 e consubstanciou um conjunto de ações a desenvolver pelos diversos intervenientes do mercado, e respetivas datas indicativas para a sua conclusão, para que as regras de SCA sejam aplicadas aos pagamentos com cartão no comércio eletrónico a partir de 31 de dezembro de 2020. Embora sem carácter vinculativo, nem substituindo os planos individuais de migração de cada interveniente, a sua publicação tem sido determinante na execução e acompanhamento da migração, e no desenvolvimento das ações previstas pelos diferentes intervenientes.

2.3 Grupo de Trabalho para a Promoção os Pagamentos Eletrónicos

As áreas de intervenção prioritárias do GTPPE foram as seguintes:

- **Promoção dos pagamentos com recurso à tecnologia *contactless***

No que respeita à promoção dos pagamentos com recurso à tecnologia *contactless*, o GTPPE trabalhou em: (i) desenvolver uma estratégia de comunicação para a divulgação do *contactless*; (ii) fomentar a educação e formação dos utilizadores sobre o modo de funcionamento desta tecnologia; (iii) promover o envolvimento dos comerciantes como promotores da tecnologia; e (iv) diligenciar a disponibilização generalizada da tecnologia *contactless* em terminais de pagamento automático (TPA) e nos cartões de pagamento.

As compras com cartão com recurso a tecnologia *contactless* aumentaram de 4,3% em setembro de 2018 para 32% em dezembro de 2020. Para esta evolução contribuíram as iniciativas promovidas pelos membros do Fórum e a sua rápida reação perante o eclodir da pandemia de COVID-19 em Portugal.

¹ Através da *Opinion of the European Banking Authority on the deadline for the migration to SCA for e-commerce card-based payment transactions (EBA-Op-2019-11)*.



- **Redução da utilização do cheque**

O GTPPE discutiu um conjunto de iniciativas a conduzir pelo Fórum visando a redução da utilização do cheque, destacando-se: (i) a identificação de casos de uso em que o cheque é ainda utilizado e propor soluções alternativas; (ii) a identificação das barreiras regulamentares vigentes; e (iii) a revisitação da obrigatoriedade legal dos bancos sacados pagarem cheques abaixo dos 150 euros².

- **Promoção das transferências imediatas no ponto de venda**

Relativamente à promoção das transferências imediatas no ponto de venda, o GTPPE debateu possíveis ações de promoção das transferências imediatas e formas de ultrapassar as barreiras técnicas existentes (como, por exemplo, a existência de um limite por operação ou a ausência de um serviço de associação do IBAN a um *proxy*).

- **Promoção da utilização de débitos diretos**

Para promover uma maior utilização dos débitos diretos, por parte de consumidores e de empresas, o GTPPE entendeu justificar-se a realização de ações de comunicação sobre a utilização deste instrumento de pagamento, a par de iniciativas de carácter técnico, como aquelas relacionadas com os procedimentos de rejeição das cobranças pelos prestadores de serviços de pagamento e com a criação de autorizações de débito em conta desmaterializadas.

² Conforme definido no DL n.º 454/91 de 28 de setembro, com as alterações que lhe foram sendo subsequentemente introduzidas.

3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022

O principal resultado do trabalho desenvolvido no âmbito do Fórum durante o período em análise foi a elaboração da “Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022”.

A estratégia foi sujeita a um processo de consulta pública ([Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 3/2020](#)) e os diversos contributos recebidos foram reunidos no [Relatório da Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 3/2020](#).

A [Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022 \(Estratégia\)](#) está organizada em quatro pilares:



**Promover uma
sociedade mais
informada**



**Potenciar os
benefícios da
transformação
digital**



**Contribuir para um
enquadramento
regulamentar que
promova a inovação
e a eficiência**



**Promover a adoção
de soluções de
pagamento mais
seguras**

Cada pilar detalha um conjunto de iniciativas que o FSP recomenda que os agentes de mercado (incluindo a Administração Pública) desenvolvam até ao final de 2022, para promover um aumento da eficiência, da segurança e da inovação dos pagamentos em Portugal.

A publicação da Estratégia está em linha com as práticas de outros fóruns congéneres, assim como de outras iniciativas promovidas a nível europeu, das quais se destacam a [Estratégia da Comissão Europeia para os Pagamentos de Retalho](#) e a [Estratégia do Eurosistema para os Pagamentos de Retalho](#).



Anexo – Composição do Plenário do FSP em dezembro de 2020

Presidente: Hélder Rosalino, Administrador do Banco de Portugal

Entidade	Representante(s)
ACEPI – Associação do Comércio Electrónico e da Publicidade Interactiva	Alexandre Nilo Fonseca
ADSE – Instituto Público de Gestão Participada	João Ramiro Loureiro
AFIP – Associação FinTech e InsurTech Portugal	Duarte Líbano Monteiro
AdP - Águas de Portugal	Sónia Pacífico
AMA – Agência para a Modernização Administrativa	<i>(a aguardar nomeação)</i>
AMD – Associação Portuguesa de Marketing Directo	João Novais de Paula
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Fernando Cruz
APB - Associação Portuguesa de Bancos	Norberto Rosa/Rita Lourenço
APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição	Mónica Ventosa
ASFAC – Associação das Instituições de Crédito Especializado	Susana Albuquerque
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Olga Gomes Pereira
BCP - Banco Comercial Português	José Vicente
Banco CTT	João Mello Franco
BST - Banco Santander Totta	Nuno Loureiro
Brisa	Pedro Mourisca
CGA - Caixa Geral de Aposentações	Vasco Costa
CGD - Caixa Geral de Depósitos	Pedro Vairinhos
Carris	Isabel Vasconcelos
DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor	Ana Tapadinhas
DGC - Direção-Geral do Consumidor	Ana Catarina Fonseca/André Silva
EASYPAY – Instituição de Pagamento	Sebastião de Lancastre
EDP – Energias de Portugal	Paula Guerra
Fidelidade	Ana Cristina Malcata/Nuno Assunção Fernandes
Galp	Manuel Almeida Pedro
GEE (Ministério da Economia)	Ricardo Pinheiro Alves
GPEARI (Ministério das Finanças)	Paula Costa
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Rui Nascimento
IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	Teresa Fernandes
ISS – Instituto da Segurança Social	Noémia Goulart
Jerónimo Martins	Conceição Carrapeta
MasterCard	Paulo Raposo
MEO	Gonçalo Camolino
Metropolitano de Lisboa	Pedro Costa
NOS	João Mendonça
Ocidental Seguros (Ageas)	Elias Leal
SIBS Forward Payment Solutions	Ricardo Chaves
SONAE Financial Services	Paulo Jorge Pereira
SONAE MC	Jóni Marlon Marques
STCP	José Paulo Ferreira
Turismo de Portugal	Luís Araújo/Sérgio Guerreiro
Unicre	Bruno Barbosa
Visa Portugal	Paula Antunes da Costa
Vodafone Portugal	Alexandre Maurício

